



Celso Ming celso.ming@estadao.com

A crise é de energia e não de petróleo

Certas narrativas desta guerra na Ucrânia passam a falsa impressão de que a atual crise do petróleo e do gás foi criada pelo presidente russo, Putin.

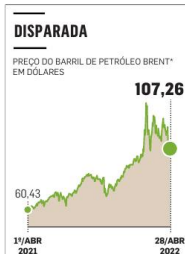
Não se trata de novo choque do petróleo, mas de uma crise global de energia. Os preços do petróleo começaram a decolar dos então US\$ 60 por barril já em abril de 2021 (veja o gráfico). A guerra apenas exacerbou o que já estava aí.

Um dos fatores que começaram a puxar os preços do petróleo e do gás foram as decisões de diversos governos de apressar a transição da energia fóssil para a energia limpa. Como os investimentos em petróleo e gás têm prazo longo de matura-

ção (entre sete a dez anos da descoberta até o início da produção), as empresas de petróleo desaceleraram seus investimentos, porque levaram a sério as decisões de substituição de motores a gasolina e diesel por motores elétricos e os novos compromissos ambientais.

A Europa, por sua vez, desistiu de investir em energia renovável (especialmente solar e eólica), seja porque vem enfrentando baixa incidência de ventos, seja porque ainda não descobriu como armazenar essa energia intermitente. Preferiu apostar no fornecimento de gás da Rússia e afundou nesta dependência.

No último ano, a China aumentou em 20% suas importa-



ções de gás, sobre as de 2020, porque seu consumo de energia cresceu. Em parte por falta de

insumos, a produção de gás de xisto nos Estados Unidos se mantém estagnada, apesar dos apelos do presidente Biden para que as empresas aumentem seus investimentos no setor.

Mas há outros impeditivos de natureza geopolítica que vêm segurando a produção de petróleo e gás. O Irã é um dos maiores produtores mundiais de petróleo, mas a falta de um acordo nuclear com os Estados Unidos colocou em marcha o boicote às exportações iranianas. A Venezuela tem uma das maiores reservas de petróleo do mundo, mas também enfrenta tanto sanções comerciais como de degradação de suas instalações.

Certo, a dependência de suprimento do gás da Rússia pela

Europa é excessiva. Mas, também, é excessiva a dependência do petróleo fornecido pelo cartel da Opec (cerca de 30% do mercado mundial), bloco que não sofre sanções, embora não se notabilize pela defesa dos ideais democráticos.

Nesse ambiente, o novo ponto de estabilização dos preços do petróleo é tema controverso. Questão mais relevante é a de que a crise mais ampla é de energia. Não há sincronia entre os prazos de cumprimento das metas ambientais e a oferta de energia limpa. Em boa medida, essa crise está sendo precipitada pela necessidade de garantir as metas de redução de carbono. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Contas públicas Pagamento de impostos

Recorde para o mês, arrecadação alcança R\$ 164,1 bi em março

Valorização de commodities, entre outros fatores, leva ao melhor resultado para o mês na série histórica, desde 1995

LORENNA RODRIGUES
GUILHERME PIMENTA
BRASÍLIA

A arrecadação de impostos, contribuições e demais receitas federais atingiu R\$ 164,1 bilhões em março, informou ontem a Secretaria da Receita Federal. O valor foi o maior para o mês desde o início da série histórica, em 1995. Na comparação com o mesmo mês do ano passado – R\$ 153,5 bilhões (valor corrigido pela inflação) –, houve aumento real de 6,92%. Apesar dessa arrecadação, as contas públicas fecharam no vermelho (leia mais ao lado).

O resultado das receitas veio dentro do intervalo de expectativas das instituições ouvidas pelo *Estadão/Broadcast*, entre R\$ 148,192 bilhões e R\$ 166,661 bilhões. O dado divulgado ontem superou a mediana, de R\$ 156,416 bilhões.

De acordo com a Receita Federal, o aumento da arrecadação está relacionado, entre outros fatores, a pagamentos atípicos de IRPJ e CSLL, de R\$ 3 bilhões. Segundo o órgão, o pagamento foi feito por empresas li-

gadas ao setor de commodities (produtos básicos com cotação internacional, como alimentos e petróleo). Além disso, houve aumento real de 18% na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), principalmente pela receita decorrente da tributação de participação de lucros e resultados.

A receita previdenciária também impulsionou a arrecadação em março, ao subir 4% em termos reais. “Esse resultado pode ser explicado pelo aumento da massa salarial por meio da criação de novos postos de trabalho e pelo aumento real de 27% na arrecadação do Simples Nacional”, afirmou o órgão.

No acumulado do trimestre, ainda segundo dados oficiais, a arrecadação federal somou R\$ 548,1 bilhões. Em valores corrigidos pela inflação, totalizou R\$ 556,7 bilhões (novo recorde), o que representa alta real de 11% na comparação com o mesmo período do ano passado (R\$ 501,2 bilhões). Os números da Receita mostram que foi a maior arrecadação para o pe-

ríodo de janeiro a março na série histórica, desde 1995.

O chefe do centro de estudos tributários da Receita Federal, Claudemir Malaquias, informou que houve uma queda de tributos após redução de PIS/Cofins sobre combustíveis, anunciada pelo governo na tentativa de reduzir o impacto nos preços no ano em que o presidente Jair Bolsonaro tenta a reeleição. Segundo os dados divulgados, houve redução de R\$ 300 milhões na arrecadação do PIS/Cofins em março. O efeito maior, segundo Malaquias, será sentido em abril.

O economista-chefe da Greenbay Investimentos, Flavio Serrano, disse que a arrecadação veio em linha com as expectativas do mercado financeiro e sob fatores como a recuperação do setor de serviços e do mercado de trabalho.

OPORTUNIDADE. “A arrecadação está fazendo o papel dela, apoiada em uma inflação que deve ficar acima de 8% este ano e na disparada das commodities, mas a gente não tem uma contrapartida do governo pelo lado das despesas”, afirma o economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini. “O governo não está aproveitando este ‘boom’ para criar um superávit primário. Está olhando para outubro (data das eleições), e não para o longo prazo.” ● COLABORAM GUILHERME BIANCHINI e CÍCERO COTRIM

“O governo não está aproveitando esse ‘boom’ para criar um superávit. Está olhando para outubro.”

Alex Agostini
Economista da Austin Rating

Despesas No vermelho apesar da receita

Governo registra déficit de R\$ 6,3 bi

EDUARDO RODRIGUES
ANTONIO TEMÓTEO
BRASÍLIA

Mesmo com o forte crescimento da arrecadação de tributos federais, as contas do governo fecharam no vermelho em março. No mês passado, a diferença entre as receitas e as despesas ficou negativa em R\$ 6,3 bilhões – ante R\$ 2,039 bilhões no mesmo mês de 2021.

O resultado, que reúne as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, ficou abaixo das estimativas do mercado financeiro. A maioria dos analistas apontava para um saldo negativo de R\$ 12,7 bilhões no mês, de acordo com levantamento do *Projeções Broadcast* junto a 23 instituições financeiras.

O secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, afirmou que o aumento real de 13,5% das despesas totais em março decorreu da alta nos pagamentos do abono salarial e do Auxílio Brasil. Os dados apresentados pelo órgão mostram que a despesa total com o abono e o seguro-desemprego chegou a R\$ 33,4 bilhões no primeiro trimestre, sendo R\$ 16 bilhões apenas em março.

Com o dado de março, o resultado primário nos três primeiros meses do ano acumulou superávit de R\$ 49,6 bilhões, o melhor patamar para o período desde 2012,

considerando valores corrigidos pela inflação. Em igual período do ano passado, esse mesmo resultado ficou positivo em R\$ 24,2 bilhões.

ANUALIZADO. Já em 12 meses até março, o governo apresenta um déficit de R\$ 15,5 bilhões – equivalente a 0,17% do PIB. A meta fiscal para este ano admite um déficit de até R\$ 170,5 bilhões nas contas do governo central, mas a equipe econômica espera fechar o ano com um rombo de R\$ 66,9 bilhões, conforme projeção divulgada no último Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas.

Cenário
O secretário do Tesouro cita as projeções decrescentes do mercado para o déficit no ano

Para Paulo Valle, o desempenho anual poderá ser até melhor, destacando que a percepção do mercado para o resultado primário do governo e para a dívida pública tem melhorado mensalmente. Conforme o Relatório Prisma Fiscal da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia, o mercado esperava em janeiro um déficit primário superior a R\$ 90 bilhões, diante das incertezas sobre os rumos da economia brasileira. Em abril, a estimativa caiu para um rombo de R\$ 46,3 bilhões. A mediana das estimativas do *Projeções Broadcast* aponta para um déficit fiscal de R\$ 49,5 bilhões neste ano. ●